

Ricardo Antonio Andreucci

Manual de
**DIREITO
PENAL**

12ª edição
revista e atualizada
2018

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-472-3174-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin
Conselho editorial
Consultor acadêmico Munilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolan

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação Designios Editoriais

Revisão Caio Cobucci Leite
Silvana Cobucci

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda

Andreucci, Ricardo Antonio

Manual de direito penal / Ricardo Antonio Andreucci. – 12.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito penal I. Título.

18-0118

CDU 343

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343.3

Data de fechamento da edição: 22-3-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604890 CAE 625308

ÍNDICE

PREFÁCIO	33
NOTA DO AUTOR	35

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	39
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL	39
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	39
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	40
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	41
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	41
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	41
4 CIÊNCIAS PENAS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	41
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	42
5.1 Princípio da legalidade	42
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	43
5.3 Princípio da taxatividade	43
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	43
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	44
5.6 Princípio da adequação social	44
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo) e princípio da fragmentariedade	45
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	45
5.9 Princípio do Direito Penal máximo	46
5.10 Princípio da proporcionalidade da pena	47
5.11 Princípio da individualização da pena	47
5.12 Princípio da humanidade	47
5.13 Princípio da razoabilidade	48
II — FONTES DO DIREITO PENAL	49
I FONTES MATERIAIS	49
2 FONTES FORMAIS	49
2.1 Fonte formal imediata	49
2.1.1 Lei e norma penal	49

2.1.2	Norma penal em branco	50
2.1.3	Integração da norma penal.....	51
2.1.4	Norma penal incompleta	51
2.2	Fontes formais mediatas	51
2.2.1	Costume	52
2.2.2	Princípios gerais de direito.....	52
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal	52
III	— INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	55
1	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO.....	55
1.1	Interpretação autêntica	55
1.2	Interpretação doutrinária	55
1.3	Interpretação jurisprudencial	56
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	56
2.1	Interpretação gramatical	56
2.2	Interpretação lógica.....	56
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO.....	56
3.1	Interpretação declarativa	56
3.2	Interpretação restritiva	56
3.3	Interpretação extensiva	56
IV	— APLICAÇÃO DA LEI PENAL	59
1	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	59
1.1	Legalidade formal e legalidade material	60
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	61
2.1	Vigência e revogação da lei penal	61
2.2	Conflito de leis penais no tempo	61
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	62
2.4	Ultra-atividade	62
2.5	Lei intermediária	63
2.6	Conjugação de leis	63
2.7	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais	64
2.8	Tempo do crime	64
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	65
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	65
3.2	Princípios adotados pelo Brasil	66
3.3	Território.....	66
3.3.1	Território brasileiro por equiparação.....	67
3.3.2	Passagem inocente	67

3.3.3	Zona Econômica Exclusiva — ZEE	68
3.4	Lugar do crime	68
3.5	Teoria adotada pelo Brasil	69
3.6	Extraterritorialidade	69
3.6.1	Extradição, deportação e expulsão	70
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	71
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS	71
4.1	Imunidades diplomáticas	71
4.2	Imunidades parlamentares	72
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES	74
5.1	Eficácia de sentença estrangeira	74
5.2	Contagem de prazos	74
5.3	Frações não computáveis da pena	74
5.4	Legislação especial	75
V	— TEORIA DO CRIME	77
1	CONCEITO DE CRIME	77
1.1	Sistema Causal-Naturalista	77
1.2	Sistema Neoclássico	78
1.3	Sistema Finalista	78
1.3.1	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida	79
1.4	Sistema Social	80
1.5	Sistema Funcionalista	80
1.6	Estrutura do crime	81
1.6.1	Sujeito ativo	81
1.6.2	Sujeito passivo	81
1.6.3	Capacidade penal	81
1.6.4	Objeto do crime	82
1.6.5	Punibilidade	82
1.6.6	Crime e contravenção penal	83
1.6.7	Classificação dos crimes	83
2	FATO TÍPICO	90
2.1	Teoria do Tipo	90
2.1.1	Fases da Teoria do Tipo	91
2.1.2	Conceito de tipo	91
2.1.3	Características do tipo	91
2.1.4	Adequação típica	92
2.1.5	Elementos do tipo	92
2.1.6	Teoria dos elementos negativos do tipo	93
2.1.7	Classificação do tipo	93

2.1.8	Tipicidade conglobante	94
2.1.9	Conflito aparente de normas	94
2.2	Conduta	96
2.2.1	Formas de conduta	96
2.2.2	Crimes omissivos próprios	97
2.2.3	Crimes omissivos impróprios	97
2.2.4	Crimes omissivos por comissão	97
2.2.5	Caso fortuito e força maior	97
2.3	Nexo de causalidade	98
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes	99
2.3.2	Superveniência causal	99
2.4	Resultado	101
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado	101
2.5	Crime consumado e crime tentado	102
2.5.1	Consumação	102
2.5.2	Tentativa	103
2.5.3	“Iter criminis”	104
2.5.4	Cogitação	104
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução	104
2.5.6	Elementos da tentativa	105
2.5.7	Espécies de tentativa	105
2.5.8	Pena da tentativa	106
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa	106
2.5.10	Tentativa e contravenção penal	107
2.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	107
2.7	Arrependimento posterior	108
2.7.1	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	109
2.8	Crime impossível	109
2.9	Crime doloso	110
2.9.1	Conceito de dolo	110
2.9.2	Teorias sobre o dolo	110
2.9.3	Teorias adotadas pelo Brasil	111
2.9.4	Espécies de dolo	111
2.10	Crime culposo	112
2.10.1	Cuidado objetivo	113
2.10.2	Previsibilidade	113
2.10.3	Elementos do fato típico culposo	113
2.10.4	Imprudência, negligência e imperícia	113
2.10.5	Espécies de culpa	114
2.10.6	Excepcionalidade do crime culposo	114
2.10.7	Outras questões referentes à culpa	115
2.11	Crime preterdoloso	115

3	ERRO DE TIPO	115
3.1	Conceito de erro de tipo	115
3.2	Espécies de erro de tipo	116
3.2.1	Erro de tipo essencial	116
3.2.2	Erro de tipo acidental	117
3.2.2.1	Espécies	117
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”	117
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”	117
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”	118
3.2.5.1	Desígnios autônomos	119
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)” ..	119
3.2.7	Erro determinado por terceiro	120
3.2.8	Descriminantes putativas	121
4	ANTI JURIDICIDADE	121
4.1	Conceito	121
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	122
4.3	Estado de necessidade	122
4.3.1	Conceito	123
4.3.2	Natureza jurídica	123
4.3.3	Requisitos	123
4.3.4	Causa de diminuição da pena	124
4.3.5	Formas de estado de necessidade	124
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	124
4.4	Legítima defesa	125
4.4.1	Conceito	125
4.4.2	Natureza jurídica	126
4.4.3	Requisitos	126
4.4.4	Formas de legítima defesa	126
4.4.5	Legítima defesa subjetiva	127
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	127
4.4.7	Legítima defesa recíproca	127
4.4.8	Provocação e legítima defesa	127
4.4.9	“Commodus discessus”	128
4.4.10	Ofendículas	128
4.4.11	Questões interessantes sobre legítima defesa	129
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	130
4.6	Exercício regular de direito	130
4.7	O consentimento do ofendido	130
4.8	Risco permitido	130
4.9	Violência desportiva	131
4.10	Excesso punível	131
5	CULPABILIDADE	132
5.1	Conceito	133

5.2	Elementos da culpabilidade	133
5.3	Imputabilidade	133
5.3.1	“Actio libera in causa”	134
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade	134
5.3.3	Semi-imputabilidade	137
5.4	Potencial consciência da ilicitude	137
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei	138
5.4.2	Erro de proibição	138
5.5	Exigibilidade de conduta conforme o Direito	139
5.5.1	Coação moral irresistível	139
5.5.2	Obediência hierárquica	140
6	CONCURSO DE PESSOAS	141
6.1	Concurso necessário e eventual	141
6.2	Formas de concurso de agentes	142
6.3	Requisitos do concurso de agentes	142
6.4	Autoria	142
6.5	Participação	144
6.6	Formas de participação	144
6.7	Autoria mediata	144
6.8	Autoria colateral e autoria incerta	145
6.9	Conivência e participação por omissão	145
6.10	Outras modalidades de coautoria e participação	145
6.11	Concurso em crime culposos	146
6.12	Punibilidade no concurso de pessoas	146
6.13	Circunstâncias incomunicáveis	146
6.14	Casos de impunibilidade	147
VI	SANÇÃO PENAL	149
1	INTRODUÇÃO	149
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL	149
3	PENA	149
3.1	Conceito de pena	149
3.2	Finalidades da pena	150
3.3	Características da pena	151
3.4	Espécies de pena	151
3.5	Regimes prisionais	151
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	152
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade	152
4.2	Forma progressiva de execução da pena	152
4.3	Regime de pena nos crimes hediondos	155

4.4	Regras do regime fechado	155
4.5	Regras do regime semiaberto	156
4.6	Regras do regime aberto	156
4.7	Casa do albergado	156
4.8	Prisão-albergue domiciliar	157
4.9	Regime especial	157
4.10	Regime disciplinar diferenciado — RDD	157
4.11	Direitos e trabalho do preso	159
4.12	Remição	159
4.12.1	Remição pelo estudo	160
4.13	Superveniência de doença mental	161
4.14	Detração penal	161
4.14.1	Detração em pena restritiva de direitos	162
4.14.2	Detração em pena de multa	162
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	162
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos	162
5.2	Natureza jurídica	163
5.3	Características	163
5.4	Duração das penas restritivas de direitos	163
5.5	Impossibilidade de cumulação	163
5.6	Conversão	164
5.7	Prestação pecuniária	164
5.8	Perda de bens e valores	164
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	164
5.10	Interdição temporária de direitos	165
5.11	Limitação de fim de semana	166
6	PENA DE MULTA	166
6.1	Conceito	167
6.2	Cominação e aplicação	167
6.3	Pagamento da multa	167
7	APLICAÇÃO DA PENA	168
7.1	Circunstâncias do crime	168
7.2	Circunstâncias judiciais	169
7.3	Circunstâncias legais	170
7.4	Circunstâncias agravantes	170
7.4.1	Aplicação obrigatória	170
7.4.2	Rol taxativo	171
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes	171
7.5	Reincidência	172
7.5.1	Conceito	172
7.5.2	Formas	172

7.5.3	Pressuposto da reincidência	173
7.5.4	Réu primário e réu reincidente	173
7.5.5	Efeitos da reincidência	173
7.5.6	Crimes que não geram reincidência	174
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	174
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	175
7.7	Circunstâncias atenuantes	175
7.7.1	Aplicação obrigatória	176
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	176
7.7.3	Circunstâncias inominadas	177
8	FIXAÇÃO DA PENA	177
8.1	Momento judicial de fixação da pena	177
8.2	Juízo de culpabilidade	178
8.3	Cálculo da pena	178
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes	179
9	CONCURSO DE CRIMES	179
9.1	Noções gerais	179
9.2	Sistemas de aplicação da pena	179
9.3	Espécies de concurso	180
9.4	Concurso material	180
9.4.1	Conceito	180
9.4.2	Espécies	181
9.4.3	Aplicação da pena	181
9.5	Concurso formal	181
9.5.1	Conceito	181
9.5.2	Espécies	182
9.5.3	Aplicação da pena	183
9.5.4	Cúmulo material benéfico	183
9.6	Crime continuado	184
9.6.1	Conceito	185
9.6.2	Natureza jurídica	185
9.6.3	Crimes da mesma espécie	185
9.6.4	Requisitos	185
9.6.5	Condições objetivas semelhantes	189
9.6.6	Espécies de crime continuado	189
9.6.7	Aplicação da pena	190
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes	190
9.7	Aplicação da pena de multa	191
10	LIMITE DAS PENAS	191
11	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	192
11.1	Conceito	192

II.2	Sistemas	192
II.3	Formas	192
II.4	Requisitos	193
II.5	Período de prova	193
II.6	Condições	194
II.7	Revogação do “sursis”	194
	II.7.1 Cassação do “sursis”	194
	II.7.2 Restabelecimento do “sursis”	195
II.8	Prorrogação do “sursis”	195
II.9	Questões interessantes	195
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL	197
	12.1 Conceito	197
	12.2 Requisitos	197
	12.3 Concessão	198
	12.4 Condições	199
	12.5 Revogação	200
	12.6 Restauração do livramento	200
	12.7 Prorrogação do livramento	200
	12.8 Extinção do livramento	200
13	MEDIDA DE SEGURANÇA	201
	13.1 Conceito	201
	13.2 Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	201
	13.3 Espécies de medida de segurança	202
	13.4 Aplicação da medida de segurança	202
	13.5 Medida de segurança substitutiva	204
	13.6 Sistema vicariante	205
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	207
	14.1 Conceito de condenação	207
	14.2 Efeitos secundários de natureza penal	207
	14.3 Efeitos secundários de natureza extrapenal	208
	14.3.1 Efeitos civis	208
	14.3.2 Efeitos administrativos	210
	14.3.3 Efeito político	211
	14.3.4 Efeitos trabalhistas	212
15	REABILITAÇÃO	212
	15.1 Conceito	212
	15.2 Prazo para requerimento	213
	15.3 Condições da reabilitação	213
	15.4 Procedimento da reabilitação	213
	15.5 Efeitos da reabilitação	214
	15.6 Revogação da reabilitação	216

VII — AÇÃO PENAL	217
1 CONCEITO	217
2 CLASSIFICAÇÃO	217
3 AÇÃO PENAL PÚBLICA	218
3.1 Noções gerais	218
3.2 Espécies	218
3.2.1 Ação penal pública incondicionada	218
3.2.2 Ação penal pública condicionada	218
3.3 Ação penal nos crimes complexos	219
4 AÇÃO PENAL PRIVADA	219
4.1 Noções gerais	219
4.2 Espécies	220
4.2.1 Ação penal privada exclusiva	220
4.2.1.1 Ação penal privada personalíssima	220
4.2.2 Ação penal privada subsidiária	221
5 FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL	221
VIII — EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	223
1 CONCEITO DE PUNIBILIDADE	223
2 CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	223
3 EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	223
4 ROL EXEMPLIFICATIVO	224
5 CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE	224
5.1 Morte do agente	224
5.2 Anistia	225
5.3 Graça e indulto	226
5.4 “Abolitio criminis”	227
5.5 Renúncia do direito de queixa	227
5.6 Perdão aceito	228
5.7 Retratação do agente	229
5.8 Decadência	229
5.9 Perempção	230
5.10 Perdão judicial	230
6 PRESCRIÇÃO	231
6.1 Conceito de prescrição	231
6.2 Espécies de prescrição	231
6.3 Prescrição da pretensão punitiva	231
6.4 Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	232

6.5	Prescrição da pretensão executória	233
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	233
6.7	Prescrição intercorrente	234
6.8	Prescrição retroativa	235
6.9	Prescrição antecipada	236
6.10	Redução dos prazos prescricionais	236
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	236
6.12	Prescrição da pena de multa	236

PARTE ESPECIAL

I	— INTRODUÇÃO	241
II	— DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	243
I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA	243
I.1	Homicídio	243
I.1.1	Homicídio privilegiado	246
I.1.2	Homicídio qualificado	247
I.1.3	Homicídio culposo	249
I.1.4	Homicídio culposo circunstanciado	249
I.1.5	Perdão judicial	250
I.1.6	Milícia privada	250
I.1.7	Ação penal	251
I.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	251
I.2.1	Formas qualificadas	252
I.2.2	Questões interessantes sobre a participação em suicídio	253
I.3	Infanticídio	253
I.3.1	Questões interessantes sobre o infanticídio	255
I.4	Aborto	255
I.4.1	Questões interessantes sobre o aborto	258
I.4.2	Autoaborto	259
I.4.3	Aborto consentido	259
I.4.4	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante ...	259
I.4.5	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante ...	259
I.4.6	Aborto qualificado pelo resultado	260
I.4.7	Aborto legal	260
2	DAS LESÕES CORPORAIS	261
2.1	Lesão corporal	261
2.1.1	Violência doméstica	264
2.1.2	Lesão corporal funcional	265

3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	265
3.1	Generalidades	265
3.2	Perigo de contágio venéreo	266
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	266
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem	267
3.4.1	Aumento de pena	268
3.5	Abandono de incapaz	268
3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado	269
3.5.2	Causas de aumento de pena	269
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido	269
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado	270
3.7	Omissão de socorro	270
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado	271
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso	271
3.8	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	272
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado	273
3.9	Maus-tratos	273
3.9.1	Figuras qualificadas pelo resultado	274
3.9.2	Causa de aumento de pena	274
3.9.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso	275
4	DA RIXA	275
4.1	Rixa	275
4.1.1	Rixa qualificada	276
5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA	276
5.1	Generalidades	276
5.2	Calúnia	276
5.2.1	Divulgação ou propalação	277
5.2.2	Calúnia contra os mortos	278
5.2.3	Exceção da verdade	278
5.3	Difamação	278
5.3.1	Exceção da verdade	279
5.4	Injúria	279
5.4.1	Perdão judicial	280
5.4.2	Injúria real	280
5.4.3	Injúria por preconceito	281
5.4.4	Injúria etária	281
5.5	Formas qualificadas	281
5.6	Exclusão do crime	282
5.7	Retratação	283
5.8	Pedido de explicações	283
5.9	Ação penal	284

6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL	285
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal	285
6.1.1	Constrangimento ilegal	285
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas	286
6.1.1.2	Concurso material	286
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime	286
6.1.2	Ameaça	287
6.1.3	Sequestro ou cárcere privado	288
6.1.3.1	Figuras típicas qualificadas	289
6.1.4	Redução a condição análoga à de escravo	289
6.1.4.1	Figuras equiparadas	290
6.1.4.2	Causas especiais de aumento de pena	291
6.2	Tráfico de pessoas	291
6.2.1	Causas especiais de aumento de pena	292
6.2.2	Causa especial de diminuição de pena	292
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	292
6.3.1	Violação de domicílio	292
6.3.1.1	Figuras típicas qualificadas	294
6.3.1.2	Causas de aumento de pena	294
6.3.1.3	Exclusão da antijuridicidade	294
6.3.1.4	Contornos da expressão “casa”	295
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	295
6.4.1	Violação de correspondência	295
6.4.1.1	Generalidades	295
6.4.1.2	Violação de correspondência	296
6.4.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	296
6.4.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	297
6.4.1.5	Impedimento de telecomunicação	297
6.4.1.6	Instalação ou utilização ilegais	297
6.4.1.7	Disposições comuns	298
6.4.1.8	Ação penal	298
6.4.2	Correspondência comercial	298
6.5	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	299
6.5.1	Divulgação de segredo	299
6.5.2	Violação de segredo profissional	300
6.5.3	Invasão de dispositivo informático	301
6.5.3.1	Figura equiparada	301
6.5.3.2	Causas de aumento de pena	302
6.5.3.3	Figura qualificada pelo resultado	302
III	— DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	303
I	DO FURTO	303
I.1	Furto	303
I.1.1	Vigilância eletrônica, monitoramento do local e crime impossível	305

I.1.2	Furto e princípio da insignificância	306
I.1.3	Furto noturno	308
I.1.4	Furto privilegiado	309
I.1.5	Furto de energia	311
I.1.6	Furto qualificado	311
I.1.6.1	Rompimento de obstáculo	311
I.1.6.2	Abuso de confiança	313
I.1.6.3	Mediante fraude	313
I.1.6.4	Escalada	315
I.1.6.5	Destreza	315
I.1.6.6	Chave falsa	315
I.1.6.7	Concurso de duas ou mais pessoas	316
I.1.7	Furto de veículo automotor	317
I.1.8	Furto de semovente domesticável de produção	318
I.2	Furto de coisa comum	319
2	DO ROUBO E DA EXTORSÃO	319
2.1	Roubo	319
2.1.1	Roubo impróprio	322
2.1.2	Roubo circunstanciado	322
2.1.2.1	Emprego de arma	323
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas	325
2.1.2.3	Transporte de valores	325
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor	325
2.1.2.5	Sequestro	325
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave	326
2.1.4	Latrocínio	327
2.2	Extorsão	328
2.2.1	Extorsão qualificada	330
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte	330
2.2.3	Sequestro relâmpago	331
2.3	Extorsão mediante sequestro	332
2.3.1	Formas qualificadas	333
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado	334
2.3.3	Delação premiada	334
2.4	Extorsão indireta	334
3	DA USURPAÇÃO	335
3.1	Alteração de limites	335
3.1.1	Usurpação de águas	336
3.1.2	Esbulho possessório	336
3.1.3	Concurso material	337
3.1.4	Ação penal	337
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	337

4	DO DANO	338
4.1	Dano	338
4.1.1	Dano qualificado	338
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	339
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	340
4.4	Alteração de local especialmente protegido	340
4.5	Ação penal	341
5	DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA	341
5.1	Apropriação indébita	341
5.1.1	Formas qualificadas	342
5.2	Apropriação indébita previdenciária	342
5.2.1	Figuras assemelhadas	345
5.2.2	Extinção da punibilidade	345
5.2.3	Perdão judicial	346
5.2.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	346
5.2.5	Estado de necessidade	349
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza ...	349
5.4	Apropriação de tesouro	350
5.5	Apropriação de coisa achada	350
5.6	Apropriação privilegiada	351
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	352
6.1	Estelionato	352
6.1.1	Estelionato privilegiado	354
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	354
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	354
6.1.4	Defraudação de penhor	355
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	355
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	355
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	356
6.1.8	Estelionato circunstanciado	358
6.1.9	Estelionato contra idoso	358
6.2	Duplicata simulada	358
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas	359
6.3	Abuso de incapazes	359
6.4	Induzimento à especulação	360
6.5	Fraude no comércio	361
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas	362
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada	362
6.6	Outras fraudes	362
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações ...	363
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou "warrant"	363
6.9	Fraude à execução	364

7	DA RECEPÇÃO	364
7.1	Recepção	364
7.1.1	Recepção simples dolosa própria	365
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria	366
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial	366
7.1.4	Recepção culposa	366
7.1.5	Recepção privilegiada	367
7.1.6	Recepção qualificada pelo objeto material	367
7.1.7	Recepção e favorecimento real	367
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a recepção	368
7.2	Recepção de animal	369
8	DAS IMUNIDADES PENAIS	370
8.1	Generalidades	370
8.2	Imunidades penais absolutas	370
8.3	Imunidades penais relativas	371
8.4	Exceções às imunidades penais	371
IV	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	373
1	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL	373
1.1	Violação de direito autoral	373
1.1.1	Reprodução de obra com violação de direito autoral	374
1.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	375
1.3	Ação penal	375
2	DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	375
3	DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ..	375
4	DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	376
V	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	377
1	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU ESTADUAL	377
2	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO	378
3	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA	378
4	ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	379
5	PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM	380
6	PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO	381
7	INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM	382

8	FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA .	383
9	FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO .	384
10	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA	385
11	ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO	385
12	ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL	386
VI	— DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	389
1	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	389
1.1	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	389
1.1.1	Forma qualificada	390
2	DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	390
2.1	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	390
2.1.1	Forma qualificada	391
2.2	Violação de sepultura	391
2.3	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	392
2.4	Vilipêndio a cadáver	393
VII	— DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	395
1	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	395
1.1	Estupro	395
1.1.1	Tipo misto cumulativo ou tipo misto alternativo	397
1.1.2	Figuras qualificadas pelo resultado	399
1.1.3	Causas de aumento de pena	400
1.1.4	Segredo de justiça	400
1.2	Violação sexual mediante fraude	400
1.2.1	Causas de aumento de pena	402
1.2.2	Segredo de justiça	403
1.3	Assédio sexual	403
2	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL	404
2.1	Definição de vulnerável	404
2.2	Estupro de vulnerável	404
2.2.1	Figuras qualificadas pelo resultado	405
2.2.2	Causas de aumento de pena	405
2.2.3	Segredo de justiça	406
2.3	Corrupção de menores	406

2.3.1	Causas de aumento de pena	407
2.3.2	Segredo de justiça	407
2.4	SATISFAÇÃO DE LASCÍVIA MEDIANTE PRESENÇA DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE	407
2.4.1	Causas de aumento de pena	408
2.4.2	Segredo de justiça	408
2.5	FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL	408
2.5.1	Figuras equiparadas	410
2.5.2	Efeito obrigatório da condenação	410
2.5.3	Segredo de justiça	410
3	DISPOSIÇÕES GERAIS	411
3.1	Ação penal	411
3.2	Aumento de pena	412
4	DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL....	412
4.1	Generalidades	412
4.2	Mediação para servir à lascívia de outrem	413
4.2.1	Figuras típicas qualificadas	413
4.3	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	414
4.3.1	Figuras típicas qualificadas	415
4.4	Casa de prostituição	415
4.5	Rufianismo	416
4.5.1	Figuras típicas qualificadas	417
4.6	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	418
4.7	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	418
4.8	Promoção de migração ilegal	418
4.8.1	Figura equiparada	419
4.8.2	Causas de aumento de pena	419
4.8.3	Cúmulo material	419
5	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	419
5.1	Disposições gerais	419
5.2	Ato obsceno	419
5.3	Escrito ou objeto obsceno	421
6	DISPOSIÇÕES GERAIS	423
VIII	— DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	425
I	DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	425
I.1	Bigamia	425
I.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada	426
I.1.2	Exclusão do crime	426

1.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	426
1.2.1	Ação penal	427
1.3	Conhecimento prévio de impedimento	427
1.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento	427
1.5	Simulação de casamento	428
2	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO	428
2.1	Registro de nascimento inexistente	428
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	429
2.2.1	Causa de diminuição de pena	430
2.2.2	Conflito aparente de normas	431
2.3	Sonegação do estado de filiação	431
3	DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR	432
3.1	Abandono material	432
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia	433
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	434
3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo	434
3.2.2	Figura qualificada	435
3.2.3	Participação no crime	435
3.3	Abandono intelectual	435
3.4	Abandono moral	436
4	DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA	437
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	437
4.2	Subtração de incapazes	438
4.2.1	Perdão judicial	439
IX — DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA		441
1	DOS CRIMES DE PERIGO COMUM	441
1.1	Generalidades	441
1.2	Incêndio	441
1.2.1	Incêndio qualificado	442
1.2.2	Incêndio culposo	442
1.3	Explosão	442
1.3.1	Explosão privilegiada	443
1.3.2	Explosão qualificada	444
1.3.3	Explosão culposa	444
1.4	Uso de gás tóxico ou asfíxiante	444
1.4.1	Modalidade culposa	445
1.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfíxiante	445

I.6	Inundação	446
I.6.I	Inundação culposa	446
I.7	Perigo de inundação	447
I.8	Desabamento ou desmoronamento	447
I.8.I	Modalidade culposa	448
I.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	449
I.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum	449
I.11	Difusão de doença ou praga	450
I.11.I	Modalidade culposa	451
2	DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	451
2.1	Perigo de desastre ferroviário	451
2.1.1	Desastre ferroviário	452
2.1.2	Desastre culposo	452
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal	452
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	452
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo	453
2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro	453
2.2.3	Modalidade culposa	453
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal	453
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	454
2.3.1	Figura típica qualificada	454
2.3.2	Modalidade culposa	454
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal	455
2.4	Arremesso de projétil	455
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal	456
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	456
2.5.1	Crime qualificado	456
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	456
2.6.1	Figura equiparada	457
2.6.2	Crime qualificado	457
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	457
3.1	Epidemia	457
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado	458
3.1.2	Epidemia culposa	458
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	458
3.3	Omissão de notificação de doença	459
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal .	460
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição	461
3.4.2	Envenenamento culposo	461
3.5	Corrupção ou poluição de água potável	461
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	462

3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	462
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo	463
3.6.2	Modalidade culposa	463
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	463
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	464
3.7.2	Modalidade culposa	465
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	465
3.9	Invólucro ou recipiente com falsa indicação	465
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	466
3.11	Substância destinada à falsificação	467
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde	467
3.12.1	Modalidade culposa	468
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	468
3.13.1	Modalidade culposa	469
3.14	Exercício ilegal da Medicina, arte dentária ou farmacêutica	469
3.14.1	Forma qualificada	470
3.15	Charlatanismo	471
3.16	Curandeirismo	472
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI, da CF) .	473
3.16.2	Curandeirismo qualificado	474
3.17	Forma qualificada	474
X	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	475
1	INCITAÇÃO AO CRIME	475
2	APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO	475
3	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	476
3.1	Associação criminosa armada	477
3.2	Crime hediondo	477
3.3	Delação premiada	477
4	CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA	478
XI	DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	479
I	DA MOEDA FALSA	479
I.1	Moeda falsa	479
I.1.1	Circulação de moeda falsa	481
I.1.2	Figura típica privilegiada	481

I.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda	481
I.1.4	Desvio e circulação antecipada	481
I.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa	481
I.2.1	Figura típica qualificada	482
I.3	Petrechos para falsificação de moeda	482
I.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal	483
I.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro	483
2	DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	483
2.1	Falsificação de papéis públicos	483
2.1.1	Uso de papéis falsificados	485
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	486
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	486
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé	486
2.2	Petrechos de falsificação	486
3	DA FALSIDADE DOCUMENTAL	487
3.1	Falsificação de selo ou sinal público	487
3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado	488
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro	488
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos	488
3.2	Falsificação de documento público	488
3.2.1	Documento público por equiparação	491
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social	492
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social	492
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho	492
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual ...	493
3.3	Falsificação de documento particular	494
3.3.1	Documento particular por equiparação	496
3.4	Falsidade ideológica	497
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado	498
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	499
3.4.2.1	Conflito aparente de normas	499
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	500
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso	501
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão	502
3.6.2	Forma qualificada	502
3.7	Falsidade de atestado médico	502
3.7.1	Forma qualificada	503
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	503
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	503
3.9	Uso de documento falso	504
3.10	Supressão de documento	506

4	DE OUTRAS FALSIDADES	507
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	507
4.2	Falsa identidade	508
4.3	Uso de documento de identidade alheia	509
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros	510
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	511
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade	511
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	512
4.6.1	Causa de aumento de pena	513
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro	513
5	DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO	513
5.1	Fraudes em certames de interesse público	513
5.1.1	Figura equiparada	514
5.1.2	Dano à Administração Pública	514
5.1.3	Causa de aumento de pena	514
XII	— DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	515
I	DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	515
1.1	Conceito de funcionário público	515
1.1.1	Funcionário público por equiparação	517
1.1.2	Casos de aumento de pena	518
1.1.3	Funcionário público como sujeito passivo de crimes praticados por particular contra a Administração em geral	518
1.2	Peculato	518
1.2.1	Peculato-furto	521
1.2.2	Peculato culposo	522
1.2.3	Reparação do dano no peculato culposo	523
1.3	Peculato mediante erro de outrem	523
1.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	524
1.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	524
1.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	525
1.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	526
1.8	Concussão	527
1.8.1	Excesso de exação	529
1.8.2	Excesso de exação qualificado	530
1.9	Corrupção passiva	530
1.9.1	Corrupção passiva qualificada	532
1.9.2	Corrupção passiva privilegiada	532
1.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	532
1.11	Prevaricação	533

1.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar	534
1.13	Condescendência criminosa	535
1.14	Advocacia administrativa	536
1.15	Violência arbitrária	538
1.16	Abandono de função	539
1.16.1	Abandono de função qualificado	540
1.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	540
1.18	Violação de sigilo funcional	541
1.18.1	Figuras assemelhadas	542
1.18.2	Figuras qualificadas	542
1.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência	542
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	543
2.1	Usurpação de função pública	543
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada	544
2.2	Resistência	545
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado	546
2.2.2	Concurso	546
2.3	Desobediência	546
2.4	Desacato	548
2.5	Tráfico de influência	551
2.5.1	Causa de aumento de pena	552
2.6	Corrupção ativa	553
2.6.1	Corrupção ativa qualificada	554
2.7	Descaminho	555
2.7.1	Descaminho por assimilação	555
2.7.2	Descaminho qualificado	557
2.8	Contrabando	557
2.8.1	Contrabando por assimilação	557
2.8.2	Contrabando qualificado	558
2.9	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	558
2.10	Inutilização de edital ou de sinal	558
2.11	Subtração ou inutilização de livro ou documento	559
2.12	Sonegação de contribuição previdenciária	559
2.12.1	Extinção da punibilidade	560
2.12.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	560
2.12.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	561
2.12.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	561
3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	563
3.1	Noções gerais	563
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	563

3.2.1	Causa de aumento de pena	564
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	565
3.3.1	Causa de aumento de pena	565
3.4	Funcionário público estrangeiro	566
3.4.1	Funcionário público estrangeiro por equiparação	566
4	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	566
4.1	Reingresso de estrangeiro expulso	566
4.2	Denúncia caluniosa	567
4.2.1	Denúncia caluniosa qualificada	569
4.2.2	Denúncia caluniosa privilegiada	569
4.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	569
4.4	Autoacusação falsa	570
4.5	Falso testemunho ou falsa perícia	571
4.5.1	Causa de aumento de pena	573
4.5.2	Retratação	573
4.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete ...	574
4.6.1	Causa de aumento de pena	574
4.7	Coação no curso do processo	574
4.8	Exercício arbitrário das próprias razões	576
4.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro	577
4.10	Fraude processual	578
4.10.1	Fraude em processo penal	579
4.11	Favorecimento pessoal	579
4.11.1	Favorecimento pessoal privilegiado	580
4.11.2	Escusa absolutória	580
4.12	Favorecimento real	581
4.13	Ingresso de aparelho de comunicação em estabelecimento prisional	582
4.14	Exercício arbitrário ou abuso de poder	583
4.15	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	583
4.15.1	Figuras típicas qualificadas	584
4.15.2	Concurso material	584
4.15.3	Promoção ou facilitação culposa	584
4.16	Evasão mediante violência contra a pessoa	585
4.17	Arrebatamento de preso	586
4.18	Motim de presos	587
4.19	Patrocínio infiel	588
4.19.1	Patrocínio simultâneo ou tergiversação	589
4.20	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	590
4.21	Exploração de prestígio	591
4.21.1	Exploração de prestígio qualificada	592
4.22	Violência ou fraude em arrematação judicial	592
4.23	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	593

5	DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	594
5.1	Generalidades	594
5.2	Contratação de operação de crédito	595
5.2.I	Operação de crédito irregular	595
5.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	596
5.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	597
5.5	Ordenação de despesa não autorizada	597
5.6	Prestação de garantia graciosa	598
5.7	Não cancelamento de restos a pagar	599
5.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	599
5.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	600
	 <i>ANEXO — RESUMO DA MATÉRIA</i>	 601
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	747